

ANEXO

Exercício de 2018

1. Identificação da entidade:

1 – Designação da entidade: Centro Comunitário e Paroquial de Famões

2 – Sede: Rua do Centro Comunitário Paroquial, 1 – Quinta das Comendadeiras 1685-244 Famões

3 – Natureza da actividade: Acção social para crianças e idosos, sem alojamento

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Entidade ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2018.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF-ESNL – divulgação transitória:

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano Oficial de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social - POCIPSS) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012.

Salientamos que as demonstrações financeiras do ano de 2012 foram as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as NCRF-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção, nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer ao nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes desta mesma informação.

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes da informação em geral, com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a cabo de forma consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. De ressaltar que o custo histórico não inclui o respectivo valor do IVA nos casos em que foi solicitada a restituição deste imposto ao abrigo do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que estas reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo utilizadas as seguintes taxas:

Edifícios e outras construções	8-50 anos
Equipamento básico	4-8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1-10 anos
Outros AFT	4-5 anos

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos. Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o Estado ou outro instituidor, ou a norma legal aplicável a cada entidade, estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios do Estado

Os subsídios do Estado são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação.

Neste exercício, a Entidade não reconheceu nenhuma Provisão, isto é, não foram identificadas obrigações presentes resultantes de algum evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Estado e outros entes públicos

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;

Assim, o Centro Comunitário e Paroquial de Famões encontra-se isento de IRC ao abrigo do atrás descrito.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário dos Órgãos Sociais sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2018	2017
Numerário	711,08	282,63
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	220.921,54	161.895,82
Outras disponibilidades	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	221.632,62	162.178,45
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	221.632,62	162.178,45

Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo

0,00

0,00

5. Activos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de activos fixos tangíveis:

Movimentos	Rubricas							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
Saldo inicial								
Valor de aquisição	0,00	1.959.914,85	178.586,10	80.964,20	145.492,12	18.131,89	0,00	2.383.089,16
Depreciação acumulada	0,00	-290.507,92	-151.334,90	-73.078,80	-137.582,65	-15.806,16	0,00	-668.310,43
Valor líquido inicial	0,00	1.669.406,93	27.251,20	7.885,40	7.909,47	2.325,73	0,00	1.714.778,73
Movimentos do ano:								
Aquisições	0,00	0,00	1.827,83	13.804,06	1.482,36	0,00	0,00	17.114,25
Alienações	0,00	0,00	0,00	-2.500,00	0,00	0,00	0,00	-2.500,00
Depreciação do exercício	0,00	-39.436,68	-12.291,29	-3.975,48	-6.443,40	-490,08	0,00	-62.636,93
Reg. da deprec. alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	0,00	-39.436,68	-10.463,46	7.328,58	-5.161,04	-490,08	0,00	-48.022,68
Saldo final								
Valor de aquisição	0,00	1.959.914,85	180.413,93	92.268,26	146.974,48	18.131,89	0,00	2.397.703,41
Depreciação acumulada	0,00	-329.944,6	-163.626,19	-77.054,28	-144.026,05	-16.296,24	0,00	-730.947,36
Valor líquido final	0,00	1.629.970,25	16.787,74	15.213,98	2.948,43	1.835,65	0,00	1.666.756,05

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Existem activos (edifícios e outras construções), dados como garantia de passivos, financeiros.

5.3 – Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos, durante um período:

A depreciação reconhecida como custo no ano é de 62.636,93 euros.

5.4 – Montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural:

Não existem bens desta natureza.

6. Inventários:

6.1 – Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local actual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

6.2 – Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

Categoria de inventários	2018	2017
<u>Mercadorias:</u>		
Mercadorias	0,00	0,00
Valor final de Mercadorias	0,00	0,00
<u>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</u>		
Matérias primas	0,00	0,00
Valor final de PTC	0,00	0,00
Valor bruto inventários	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas inventários	0,00	0,00
Valor líquido inventários	0,00	0,00

6.3 – Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

Natureza	2018	2017
Inventário inicial	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	7.653,20
Inventário final	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	7.653,20

7. Clientes e outras contas a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de créditos a receber é o seguinte:

Natureza	2018	2017
Clientes/utentes conta corrente	89.043,35	123.754,81
Clientes/utentes de cobrança duvidosa	3.032,36	3.032,36
Total bruto	92.075,71	126.787,17
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00

Total líquido	92.075,71	126.787,17

A exposição da Entidade ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Entidade de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Entidade entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor. A 31 de Dezembro 2018 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

O detalhe dos outros activos correntes é:

Natureza	2018	2017
Adiantamentos operações com outro pessoal	0,00	23,80
Devedores por acréscimos	25.221,00	18.759,46
Entidades devedoras por subsídios	299.884,82	324.645,00
Outros devedores	109.160,00	64.569,77
Total	434.265,82	407.998,03

8. Fundos Patrimoniais:

A variação ocorrida, nos anos de 2017 e 2018, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações nos Fundos Próprios.

9. Fornecedores e outras contas a pagar:

9.1 — Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como se segue:

Natureza	2018	2017
Fornecedores conta corrente	28.668,99	28.786,88
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Total	28.668,99	126.787,17
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00
Total	0,00	NA



--	--	--

Os outros passivos correntes apresentam-se como se segue:

Natureza	2018	2017
Credores por acréscimos	213.798,13	208.062,46
Pessoal	8.100,37	60.476,61
Outros Credores	449.356,43	364.470,46
Adiantamentos de clientes	26.159,05	24.826,02
Total	698.028,48	657.835,55

Em 2016 a Instituição iniciou uma parceria com o Centro Social e Paroquial de Póvoa de Santo Adrião e com a Cruz Vermelha Portuguesa, ao abrigo do programa CLDS 3G. Este projecto terá a duração de 3 anos, terminando em 2019.

10. Estado e outros entes públicos:

A rubrica do Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	Activo corrente	Passivo corrente
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	7.683,04
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	19.087,59	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	34.486,20
Outras tributações – FCT/FGCT	0,00	537,68
Total	19.087,59	42.706,92

A Instituição não tem dívidas à Autoridade Tributária (AT) nem ao Instituto da Segurança Social.

11. Financiamentos obtidos:

Os financiamentos obtidos respeitam às seguintes dívidas:

Tipo de financiamento obtido	Passivo não corrente	Passivo corrente	Total
Empréstimos bancários	529.171,66	49.243,15	578.415,16
Total	529.171,66	49.243,15	578.415,16

Refira-se que existe um empréstimo no valor de 41.500,00 euros de um particular (35.500,00 euros como passivo não corrente e 6.000,00 euros como passivo corrente).

Refira-se que existe um empréstimo da Fábrica da Igreja da Paróquia da Nossa Senhora do Rosário de Famões no valor de 71.250,00 euros (56.250,00 euros como passivo não corrente e 15.000,00 euros como passivo corrente).

11.1 – Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos foram reconhecidos como um gasto no período no valor de 14.181,64 euros, não tendo havido imputação directa de juros ao custo da obra recentemente finalizada.

12. Rédito:

12.1 – Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2018	2017
Prestações de serviços:		
Mensalidade e inscrições	652.739,98	644.181,61
Quotizações	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Comparticipação de utentes	0,00	0,00
Total de prestação de serviços	652.739,98	644.181,61
Outros rendimentos e ganhos:		
Rendimentos suplementares	1.458,06	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	23.097,96	23.092,31
Outros	17.692,51	6.635,14
Total de outros rendimentos e ganhos	42.248,53	29.727,45
Juros, dividendos e outros rendimentos:		
Juros obtidos	7,57	10,73
Outros rendimentos e ganhos de financiamento	0,00	0,00
Total de juros, dividendos e outros rendimentos	7,57	10,73

13. Subsídios, doações e legados à exploração:

13.1 — Política contabilística adoptada para os subsídios do Estado, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Estado são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Estado relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Estado relacionados com activos são inicialmente contabilizados nos Fundos patrimoniais e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do activo caso sejam activos depreciáveis

ou amortizáveis, ou, mantidos nos Fundos patrimoniais, caso esses activos não sejam depreciables ou não amortizáveis.

13.2 — Natureza e extensão dos subsídios do Estado reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Estado de que directamente se beneficiou.

Os rendimentos provenientes dos Subsídios decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.880.368,34	1.864.436,80
Subsídios de outras entidades	17.120,00	0,00
Doações e heranças (donativos)	58.708,95	57.605,51
Outros	0,00	0,00
Total	1.956.197,29	1.922.042,31

As outras variações nos fundos patrimoniais respeitam a subsídios e doações, conforme se segue:

Descrição	2018	2017
<u>Subsídios:</u>		
CLDS (Jogos Sociais)	0,00	0,00
Pares Obras	557.645,42	570.715,34
C.M. Odivelas	128.000,00	131.000,00
Pares Mobiliário	3.896,28	9.740,88
Associação D.Pedro V (Obras)	12.900,00	13.200,00
Associação D.Pedro V (Equipamento básico)	872,44	1.755,88
<u>Doações:</u>		
Outros	4.734,11	4.734,11
Total	708.048,25	731.146,21

13.3 — Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Estado que foram reconhecidas.

Não aplicável.

13.4 — Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

O Centro Comunitário e Paroquial de Famões tem obtido diversos apoios referentes a géneros alimentares, nomeadamente, através do Pingo Doce.

13.5 — Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos têm sido o Instituto da Segurança Social, através do Programa PARES e dos diversos protocolos existentes, o Município de Odivelas que apoiou igualmente a construção das novas instalações e apoia as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC's).

14. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	223.474,22	265.270,24
Serviços especializados	310.954,30	321.732,85
Serviços diversos	69.149,58	86.504,85
Energia e fluidos	50.809,62	49.264,85
Materiais	22.327,10	19.349,30
Deslocações e estadas	14.474,76	4.446,55
Total	691.189,58	746.568,64

15. Gastos com pessoal:

Os gastos com pessoal decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Remunerações do pessoal	1.385.442,09	1.317.347,78
Indemnizações	17.487,25	8.778,12
Encargos sobre remunerações	303.153,82	287.225,57
Seguros de acidentes de trabalho	20.466,13	17.327,73
Outros gastos com o pessoal	3.131,68	6.245,61
Total	1.729.681,87	1.637.924,81

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 136.

16. Acontecimentos após a data do balanço:

16.1 — Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da Direcção.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

A Direcção detém o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2 — Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo,

indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direcção

Dia. *[Handwritten signature]*



Centro Comunitário Paroquial de Famões
Rua do Centro Comunitário Paroquial, 1
Quinta das Comendadeiras
1685-244 Famões
NIPC 504 707 825

[Handwritten signature]

Sandra Gonçalves

[Handwritten signature]

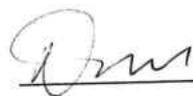
Contabilista Certificado

Maria de Luedes Bento P. da Paz
(TOC 92151)

Centro Comunitário Paroquial de Famões
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

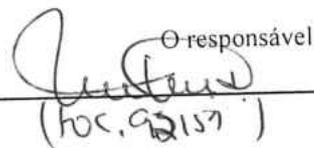
Contribuinte: 504707825
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Ativo não corrente		1 669 256,05	1 714 778,73
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Bens do património histórico e artístico e cultural		827,41	2 806,15
Ativos intangíveis		9 661,48	6 140,36
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes			
		1 679 744,94	1 723 725,24
Ativo corrente		0,00	0,00
Inventários		91 461,21	126 787,17
Créditos a receber		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		603,93	1 485,97
Diferimentos		221 632,62	162 178,45
Caixa e depósitos bancários		19 087,59	10 932,80
Estado e Outros entes públicos		434 265,82	407 974,23
Outros Activos correntes		0,00	23,80
Pessoal - Div. Tribunal			
		767 051,17	709 382,42
		2 446 796,11	2 433 107,66
Total do ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais		1 914,42	1 914,42
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		144 111,43	76 018,82
Resultados transitados		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		708 048,25	731 146,21
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais			
		854 074,10	809 079,45
Resultado líquido do período		45 196,89	68 092,61
Total dos fundos patrimoniais		899 270,99	877 172,06
Passivo			
Passivo não corrente		0,00	0,00
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		691 165,16	673 947,24
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar			
		691 165,16	673 947,24
Passivo corrente		28 668,99	28 786,88
Fornecedores		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		87 570,07	127 396,32
Diferimentos		42 706,92	67 969,61
Estado e outros entes públicos		697 413,98	657 835,55
Outros passivos correntes			
		856 359,96	881 988,36
Total do passivo		1 547 525,12	1 555 935,60
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 446 796,11	2 433 107,66



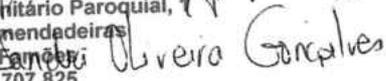
A Direcção




O responsável
(loc. 92157)



Centro Comunitário Paroquial de Famões
Rua do Centro Comunitário Paroquial,
Quinta das Comendadeiras
1685-244 Famões
NIPC 504 707 825


Luísa Vereira Gonçalves

Centro Comunitário Paroquial de Famões
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 504707825

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		652.739,98	644.181,61
Subsídios, doações e legados à exploração		1.956.197,29	1.922.042,31
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		2.330,60	7.653,20
Fornecimentos e serviços externos		691.165,35	746.568,64
Gastos com o pessoal		1.729.681,87	1.637.924,81
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		42.248,53	29.727,45
Outros gastos		105.657,61	56.745,85
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		122.350,37	147.058,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		62.979,41	59.852,66
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59.370,96	87.206,21
Juros e rendimentos similares obtidos		7,57	10,73
Juros e gastos similares suportados		14.181,64	19.124,33
Resultados antes de impostos		45.196,89	68.092,61
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		45.196,89	68.092,61

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
 (tax 92151)



Centro Comunitário Paroquial de Famões
 Rua do Centro Comunitário Paroquial, 1
 Quinta das Comendadeiras
 1685-244 Famões
 NIPC 504 707 825

[Handwritten signature]
 Gonçalves